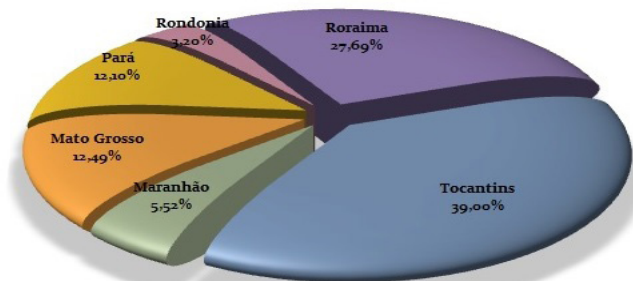


Sudam firma convênios de mais de R\$40 milhões em apenas seis meses

RECURSOS APLICADOS POR ESTADO (%)



ESTADO	VALOR	PROJETOS(QTD)
Maranhão	2.384.143,00	4
Mato Grosso	5.394.723,00	12
Pará	5.227.170,00	16
Rondônia	1.382.142,00	3
Roraima	11.960.570,00	12
Tocantins	16.848.809,00	37
	R\$ 43.197.557,00	84

No dia 1º de julho, prazo limite para a transferência de recursos públicos antes do período eleitoral, a Sudam contabilizou o repasse de aproximadamente R\$ 43 milhões a diversos projetos firmados com prefeituras da região amazônica.

Os recursos são provenientes de emendas parlamentares e beneficiam seis dos nove estados da região (Roraima, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Tocantins). O balanço corresponde ao total de recursos repassados no período de janeiro a junho deste ano.

Dos 84 convênios firmados, 37 são de Tocantins, 16 do Pará, 12 de Mato Grosso, 12 de Roraima, 4 do Maranhão e 3 de Rondônia. As emendas são de autoria dos deputados Abel Mesquita (PA), Adilton Sachetti (MT), André Fufuca (MA), Carlos Andrade (RR), Carlos Bezerra (MT), Édio Lopes (RR), Hildo Rocha (MA), Joaquim Passarinho (PA), José Priante (PA), Lúcio Vale (PR), Marinha Raupp (RO), Remidio Monai (RR), Vicentinho Júnior (TO), e dos senadores Vicentinho Alves (TO), Kátia Abreu/Donizete Nogueira (TO) e Wellington Fagundes (MT).

INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO PRODUTIVA SÃO CAMPEÃS DE RECURSOS

Nos primeiros seis meses de 2016, os convênios firmados pela Sudam com recursos de emendas parlamentares estão concentrados principalmente em projetos de infraestrutura urbana e inclusão produtiva.

Graças a esses projetos, os municípios da Amazônia vão poder contar com obras e serviços de pavimentação, drenagem, recuperação de estradas e vicinais, abastecimento de água e iluminação pública.

Os pequenos produtores serão os grandes beneficiários e passarão a contar com mais apoio no processo de produção e comercialização de seus produtos. Para esse segmento os projetos apoiados pela Sudam vão garantir aquisição de patrulhas mecanizadas e agrícolas, eletrificação rural, construção da casa do mel, construção de galpões para criação de frango e implantação de feiras e mercados, dentre outros.



Sudam aprova novo manual de instruções dos projetos de Incentivos Fiscais

Página 02

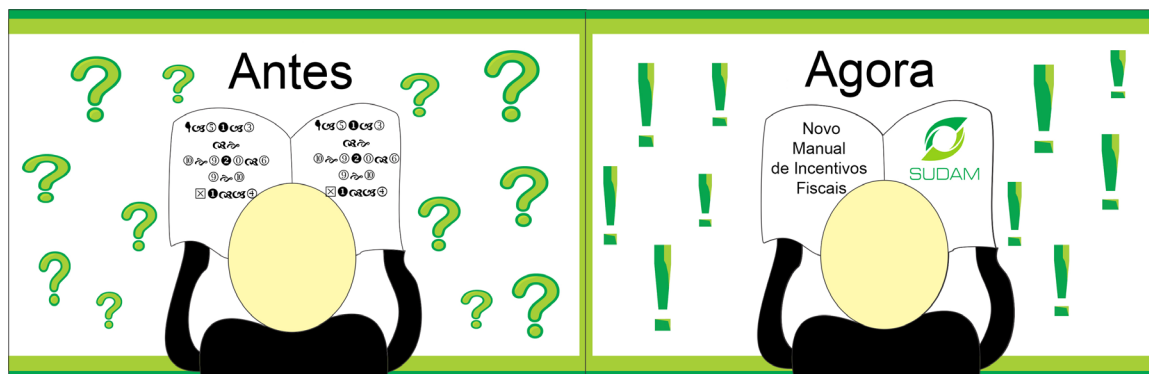
Licenciamento ambiental na Amazônia é tema de reunião entre a Sudam e secretários de meio ambiente

Página 03

Grupo de Trabalho debate soluções para acesso ao crédito

Página 04

Sudam aprova novo manual de instruções dos projetos de Incentivos Fiscais



A diretoria colegiada aprovou no mês de junho, através da resolução nº66, as alterações que serão introduzidas no Manual de instrução para elaboração de projetos de incentivos e benefícios fiscais. As empresas buscam orientações de forma bem definida acerca do processo de obtenção de Benefícios junto ao órgão.

Segundo o coordenador geral de Incentivos e benefícios fiscais e financeiros da Sudam, Indalécio Pacheco, o novo manual é bem mais aplicável às necessidades das empresas. “O documento tem uma linguagem bem mais acessível tornando o acesso mais fácil, pelo fato do roteiro ser mais didático, de fácil entendimento e aplicabilidade. A cartilha ainda define com clareza a capacidade real instalada das empresas”, afirmou o coordenador. O documento encontra-se disponível no site da instituição.

Incentivos fiscais aprovam 228 projetos e geram cerca de 4 mil empregos



Apesar das dificuldades da economia brasileira e da retração do setor empresarial, os incentivos fiscais concedidos pela Sudam continuam em ritmo acelerado. De janeiro a junho deste ano, a Superintendência aprovou 28 projetos de Incentivos Fiscais de Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e beneficiando 16 empresas dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins.

Os 28 projetos aprovados para esses quatro estados projetam investimentos de cerca de R\$ 30,5 milhões na economia e contribuirão para gerar ou manter aproximadamente 4 mil empregos diretos e indiretos na região.

"O mais interessante desse primeiro balanço dos incentivos fiscais concedidos em 2016, é que a maioria dos projetos é de implantação, ou seja, a introdução de uma nova unidade produtora no mercado. Nessa modalidade foram apresentados no primeiro semestre deste ano, 15 projetos. E podemos observar que as empresas estão, de certa forma, enfrenta a crise com 'ousadia', procurando a Sudam para consolidar novos investimentos na região, utilizando os incentivos fiscais, gerando desenvolvimento, emprego e renda na Amazônia", afirmou Indalécio Pacheco.

Expediente

INFORMATIVO
SUDAM
Ano 9 nº 48



Superintendente: Paulo Roberto Correia
Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos: Inocêncio Gasparim
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas: Keila Rodrigues
Chefia de Gabinete: Alda Selma Monteiro

ASCOM- Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
Ana Paula Catete, Leidemar Oliveira, Marilena Vasconcelos, Ana Beatriz Mácola, Élda Fleury, Geovani Luz
Estagiários: Luana Moraes e João Micuanski
E-mail: ascom@sudam.gov.br -Twitter: @sudam_mi
Facebook: Sudam.br
Edição: Ana Paula Catete - DRT/PA 2020
Diagramação: Luana Moraes
Impressão: Reprografia da Sudam



4008 5689
0800 610021
ouvidoria@sudam.gov.br

Licenciamento ambiental na Amazônia é tema de reunião entre a Sudam e secretários de meio ambiente

Desburocratizar o processo de licenciamento ambiental para projetos privados na Amazônia é a principal tarefa do Governo Federal para acelerar os investimentos na região. A conclusão é dos secretários estaduais de meio ambiente que discutiram o tema, em junho, a convite da Sudam.

O encontro fez parte da agenda do Grupo de Trabalho para Analisar os Entraves do Desenvolvimento da Amazônia, criado pelo ministro da integração nacional, Helder Barbalho. O superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia, explicou que há diversos investidores descontentes com a demora na liberação ambiental dos projetos. Dependendo do empreendimento, o prazo para emissão da licença pode durar até dois anos. A consequência é a não instalação do projeto na região. “Em uma região carente como a nossa, é inaceitável que os recursos destinados aos Estados retornem ao Tesouro Nacional por causa desses entraves. Temos de fazer uma força tarefa para buscar soluções”, disse Paulo Roberto.

A maioria dos participantes reclamou do excesso de leis que regulamentam o setor, em especial quando se trata de regularidade ambiental e fundiária em propriedades rurais.

Entre as principais conclusões está a padronização e redução da legislação vigente e o entendimento com o Ministério Público Federal sobre os artigos mais polêmicos das normas ambientais vigentes. O MI vai encaminhar uma proposta de nova legislação para a próxima reunião do Conselho Deliberativo da Sudam.

A reunião contou com a presença de secretários dos estados de Roraima, Maranhão, Amazonas e Pará, além de representantes do Banco da Amazônia, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Federação da Indústria do Estado do Pará (Fiepa) e das Federações da Agricultura do Pará e Mato Grosso.



FDA: Empresa de Terminal de Grãos tem consulta prévia aprovada pela Sudam

A carta consulta da empresa Terminal de Grãos Ponta da Montanha (TGPM), emitida pela Sudam em Junho no valor de, aproximadamente, R\$77 milhões, foi aprovada na semana passada pela Diretoria Colegiada da Superintendência.

O Terminal Ponta da Montanha é de uso privado e especializado na movimentação e expedição de grãos vegetais, como soja e milho. Atualmente, tem capacidade para movimentar cerca de 1,5 milhão de toneladas/ano.

A consulta prévia apresentada à Sudam para pleitear recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) pretende ampliar

a área portuária, possibilitando a movimentação de cargas para 6 milhões de toneladas/ano. Esta segunda fase de ampliação do Porto está prevista para ser concluída até o final de 2016. Para obter os recursos, a empresa ainda precisará apresentar o projeto executivo à Sudam e ao agente operador.

O empreendimento soma-se a um conjunto de outros projetos em curso na Região Norte com o apoio financeiro do Governo Federal. O Pará é considerado vetor de logística e o principal eixo competitivo de escoamento de grãos no Norte do país pela localização geográfica e pela multimodalidade de transporte.



Grupo de Trabalho debate soluções para acesso ao crédito



Facilitar o acesso ao crédito ainda é um desafio para aumentar os investimentos públicos e privados na região amazônica. A conclusão é das federações de indústrias que participaram no dia 1º de julho, na Sudam, da 2ª Reunião de Trabalho do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) para analisar os entraves ao desenvolvimento da Amazônia. O GT é formado pelo Ministério, Sudam, Banco da Amazônia e Federações de Indústrias e da Agricultura dos nove estados amazônicos.

De acordo com os participantes, as altas taxas de juros do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), os longos prazos de análise dos projetos no Banco, a falta de divulgação do fluxo da tramitação dos pleitos e o excesso de burocracia na concessão dos recursos dos Fundos são as principais dificuldades enfrentadas atualmente pelo setor empresarial.

Segundo o ministro Helder Barbalho, o GT é importante, pois reúne todos os setores interessados no crédito e financiamentos dos fundos vinculados ao MI. Os pontos centrais identificados pelo grupo serão aperfeiçoados para que o investidor possa acessar os recursos com mais eficiência e agilidade.

Boletim Amazônia: Indicadores mostram que a Educação Básica na Amazônia continua abaixo da média nacional

O Brasil avançou nos últimos anos na área da Educação. No entanto, ainda há muito a ser conquistado tanto em termos de ampliação do acesso quanto na melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas. No caso da Amazônia, os investimentos nessa área são ainda mais urgentes, visto que a região apresenta situação educacional abaixo da média nacional. Os dados fazem parte da edição nº 3 do Boletim Amazônia, dedicado exclusivamente para a educação básica. O Boletim é uma publicação periódica da Sudam e tem como base a apresentação de indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Neste volume, foram levantados dados sobre a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional,

educação escolar indígena e educação especial, além das taxas de alfabetização e de analfabetismo funcional e informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Déficit educacional

A pesquisa mostra, por exemplo, que na Amazônia, até 2013, o Pará é o estado com menor taxa de alunos concluintes do ensino fundamental na idade recomendada (16 anos). É também o estado que apresentou a menor taxa (83%) dos alunos aprovados, enquanto a média nacional era de 89%. No que se refere aos docentes do ensino fundamental as taxas de escolaridade também estão abaixo da média nacional, embora o nível de instrução esteja aumentando nos últimos anos. Sendo assim, na Amazônia 64% dos professores possuíam

ensino superior em 2014. Deste total, 67% possuem graduação, 32% especialização e apenas 1% mestrado.

“Os indicadores apresentados neste boletim mostram a realidade da região no que diz respeito à cobertura e à qualidade da Educação Básica, permitindo acompanhar os avanços alcançados e as deficiências do sistema educacional na região, apontando quais os problemas e que carecem de políticas específicas que atendam as demandas da Educação Básica do alunado, de docentes e das comunidades locais”, afirma o superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia. Os três primeiros volumes do Boletim Amazônia podem ser acessados no site www.sudam.gov.br.